

ATAS

Folha 28



Ata 86

Aos 28 dias do mês de março de dois mil e dezoito, pelas dezanove horas e trinta minutos reuniu-se a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Corfebol, com a mesa presidida pelo Prof. Mário Santos e com o seguinte ponto único da ordem de trabalhos:

Ponto único – Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas de 2017.

Após as boas vindas, foi dada a oportunidade ao Dr. Nuno Fonte, em representação do Fiscal Único de dar algumas notas explicativas sobre o Relatório Financeiro e Contas tendo os delegados a oportunidade para colocar as dúvidas que subsistissem.

De seguida foi dada a palavra ao Presidente da Federação para também dar algumas explicações e informações complementares ao Relatório de Atividades, tendo tido a oportunidade para solicitar a emenda do paragrafo 1.1 do Relatório da direção corrigindo o numero de clube para 42 e de atletas federados para cerca de 800.

Sendo também de seguida dada oportunidade aos delegados para colocarem as suas questões e pedidos de esclarecimento, foi concluída a apreciação e discussão do Relatório e Contas de 2017. Tendo sido colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Não mais havendo a tratar foi dada por terminada a Assembleia Geral da qual foi lavrada a presente ata.

Mário Santos
Presidente



Relatório e Contas da Direcção

e

Parecer do Conselho Fiscal

referentes ao Exercício 2017



Relatório Anual de Atividades

Exercício de 2017



No contexto político, 2017 foi marcado pelo período eleitoral para as Autarquias Locais, não sendo de ignorar por um lado os excessos de atos, projetos e promessas futuras apresentadas e por outro a inércia que paralisou as autarquias, submetidas a mero ato de gestão de meio ano, afetando as execuções de organizações de sentido público com é o conjunto das federações desportivas.

Em termos gerais o exercício de 2017 foi mais um ano que permitiu:

1. Promover o Corfebol e o valor social das suas características desportivas e coeducacionais;
2. Contribuir para o desenvolvimento do movimento associativo através de medidas que responderam eficientemente às múltiplas oportunidades, com que nos deparamos;
3. Gerir e planear de uma forma criteriosa, objetiva e sustentável as múltiplas ações com vista ao desenvolvimento do Corfebol no país;
4. Envolver parceiros externos que qualificam e potenciam o nosso programa de ação;
5. Granjear o respeito das entidades de governo, autarquias, parceiros desportivos nacionais e internacionais;
6. Amplificar o retorno do investimento em torno da modalidade.

Deste modo, todos os projetos e ações apresentados neste Relatório de Atividades visaram alcançar os objetivos gerais por que pugnamos: o desenvolvimento e visibilidade do Corfebol.

As condicionantes resultantes da singeleza da estrutura organizativa da Federação, nomeadamente a carência de recursos humanos permanentes, continuam a limitar grandemente a materialização das imensas oportunidades que se abrem ao Corfebol em Portugal, dadas as múltiplas solicitações que lhe são apresentadas e que conferem com o imperativo desenvolvimento da modalidade, e em muitos casos se distribuem por dispareas regiões do território português.

Neste particular, uma dimensão que mais caracteriza o potencial do Corfebol, mas ao mesmo tempo aquela incapacidade de o endereçar, resulta do facto de sabermos pelos múltiplos contactos e visitas que se realizaram por todo o País, que o Corfebol se joga em centenas de aulas de Educação Física nas escolas por dia e em todo o território, que centenas de escolas estão apetrechadas para tal, cujo enquadramento exige tempo e recursos, que não estão facilmente ao alcance da FPC.

No entanto e no que toca aos professores de educação física, a correspondência e progressão dos professores acreditados para disporem do Título Profissional de Treinador de Corfebol Grau I, por via de um adicional formativo à formação acreditada, tal como acordado com a DGE, ainda não foi conseguida com o IPDJ, oferta que interessaria à comunidade de professores potencialmente candidatos.

Por último, ainda a registar que o 4º trimestre foi marcado pelo lançamento das atividade decorrentes da realização do IKF Europa Shield 2018 em Portugal sustentado no contrato assinado em Agosto com a IKF.

PARCERIA COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE BENFICA

Decorreu no seu 2º ano a implementação do Contrato Programa para o quadriénio, que visa todo um conjunto de atividades de prática, ensino e divulgação da modalidade co-financiadas pela Junta de Freguesia, para alavancar o desporto, igualdade e bem-estar dos seus fregueses, bem como potenciar o desenvolvimento do Corfebol e a sua estrutura federativa, verificou-se:

1. Continuação da atividade e reforço do apetrechamento da Academia de Corfebol e do Agrupamento de Escolas
2. Atividades periódicas de divulgação pública integrada no Lisboa vai ao Parque
3. Apoio ao desenvolvimento das Seleções Nacionais e equipamento federativo.
4. Realização da Cerimónia Anual de Entrega de Prémios e Diplomas, na Quinta da Alforraboreira, com federados e agentes desportivos, não faltando o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, os vereadores de Desporto de vários municípios, representantes das instituições do desporto, o próprio Presidente da Junta, para além de muitas mais altas individualidades.

ATIVIDADE REGIONAL

Area Metropolitana de Lisboa – do desenvolvimento das atividades de promoção da modalidade resultou mais um clube

A Direção



de prática – Futebol Club Palmense – um dos mais antigos clubes portugueses e que estrategicamente decidiu apostar no Corfebol tirando partido da forte parceria da FPC com a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica e assim associado ao projeto Academia 1º Ciclo. Já, com base na parceria com a Junta de Freguesia este FCP foi apetrechado com 4 postes extensíveis e 8 bolas, capacitando-o para uma prática imediata da modalidade.

2017 registou a sustentabilidade das Academia de Corfebol no 1º ciclo protocolada com a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica mobilizando desde logo dezenas de jovens numa prática consistente e sustentada de regime semanal com o respetivo apetrechamento nas escolas e grande esperança de integração desportiva.

Nesse mesmo enquadramento e sustentado no interesse do Diretor do Agrupamento de Escolas Braamcamp Freire (Pontinha) foi celebrado um acordo que se estendeu à CM de Odivelas que tomou a seu cargo o apetrechamento das 7 escolas básicas, e da escola sede do agrupamento, tendo sido dada formação aos professores de educação física e início de atividade da Academia de Corfebol respetiva, havendo a expectativa da integração desportiva, num clube da área de influência do agrupamento de escolas da Pontinha que já demonstrou essa vontade.

Zona Norte - Em estreita parceria com a CASPAE - clube de Corfebol de Coimbra - arrancou a Academia de Corfebol nas 10 escolas do 1º ciclo do agrupamento de escolas de Coimbra-Sul, que receberam o respetivo apetrechamento de Corfebol – postes e bolas - e formação para os professores de educação física. Está desde o início do ano letivo prospetivado a realização de um torneio inter-academias, no Pavilhão Municipal de Coimbra, no período da Páscoa de 2018.

Na perspetiva da evolução futura que potencie uma coordenação local, provisoriamente Coimbra encontra-se coordenada pelo delegação norte da FPC.

Lançadas as bases de um início de atividade da modalidade em escolas do concelho de Matosinhos, num momento em que se prepara o arranque do Corfebol Adaptado em parceria com a ANDDI –Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual, que em complemento da atividade já desenvolvida no centro-sul promete ter um forte impacto no desenvolvimento do Corfebol no norte.

QUADRO COMPETITIVO NACIONAL

O Quadro Competitivo Nacional, que registou mais de 286 jogos oficiais, desenrolou-se num enquadramento de três Divisões, que disputaram o Campeonato Nacional em paralelo com a Taça de Portugal, e terminando com a SuperTaça Mário Godinho, em 1 de Dezembro de 2017.

Os campeonatos nacionais terminaram com play-offs entre os primeiros 4 lugares da classificação final de cada divisão.

Os campeonatos nacionais de Juvenis e Júniores decorreram com base em torneios agendados a partir de dezembro de 2016, envolvendo a realização de 127 jogos, e que ditaram os respetivos campeões nacionais. Para outros escalões mais jovens foi acordado com os clubes a forma competitiva sendo encontradas formas de integração com o desporto escolar dos mesmos escalões (iniciados e infantis).

A Taça de Portugal concluiu-se com a Final4, e que constituiu pela qualidade e concentração dos jogos uma boa oportunidade de divulgação da modalidade, tendo como palco o Pavilhão Municipal de Almada.

Realizou-se a segunda época de Campeonato Out-door, constituído por um conjunto de jornadas em relva e na praia, tendo as jornadas de praia constituindo a base de recrutamento de atletas que vieram a constituir a Seleção Nacional de Praia a disputar o Campeonato da Europa em Haia, no mês de Agosto .

São de realçar assim os seguintes resultados qualitativos:

1. as mexidas no tradicional ranking de equipas e suas qualificações na 1ª divisão
2. o aumento da competitividade nas 2ª e 3ª divisões evidencia uma melhoria no trabalho de desenvolvimento nas camadas de formação dos clubes de onde emerge uma maior maturidade e talento
3. o aumento do número de equipas e jornadas de equipas de escalões jovens como aposta de futuro, e uma maior articulação com o Desporto Escolar
4. a reafirmação da competição outdoor como um instrumento de alargamento competitivo e de visibilidade da modalidade.

A Direção





Tendo em consideração as necessárias atividades preparatórias dos clubes, a postes com o reagrupamento e inscrição dos seus atletas, pós-pausa de verão e a oportunidade para começar mais cedo a época desportiva, no que concerne ao quadro competitivo oficial, devido à não existência de uma competição internacional sénior, não foi realizado um chamado torneio de abertura.

DESPORTO NAS UNIVERSIDADES

Pelo 5º ano consecutivo e com um número crescente de formações realizou-se o Campeonato Nacional Universitário no complexo desportivo da Universidade de Aveiro.

É sempre difícil o enquadramento de calendário do CNU porquanto tem por uso ser calendarizado pela FADU, no enquadramento dos Campeonatos Universitários, num momento de grande atividade do quadro competitivo oficial. Desta forma as formações que contariam com estudantes universitários federados vêem-se quartados de com eles contar, pondo em alguns dos casos em risco mesmo a própria participação no CNU.

Meso assim, com significativa presença de atletas sem percurso competitivo federado, este campeonato revelou o surgimento de potencial em algumas universidades do país, nomeadamente na Universidade Nova de Lisboa e na Universidade de Aveiro, que apresentaram mais do que uma equipa na Competição, que contou com arbitragem oficial requisitada pela FADU à FPC.

Entretanto, foi anunciado que o Campeonato do Mundo Universitário, agendado para o verão de 2018, foi cancelado por razões que nos são alheias, em particular resultante da falta de acordo entre a IKF e a FISU.

REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL

Numa perspetiva de desenvolvimento de futuro a FPC estabeleceu como sua linha estratégica de preparação de valores e talentos internacionais a sua particular atenção às camadas mais jovens, sem obviamente uma grande presunção na ótica dos resultados antes sim da maturação dos novos valores quer na experiência de convívio com características diversificadas do Corfebol Internacional quer na preparação psicológica e física indispensáveis à carreira desportiva individual. 2017 ficou marcado pelos seguintes pontos relevantes:

1. A Seleção Nacional Senior obteve um resultado histórico ao sagrar-se Vicecampeã da Europa de Corfebol de Praia. Perante este novo formato de competição interna, ousou ganhar à supremacia da seleção belga, favorita ao 2º lugar do torneio por duas vezes, e revelou mesmo uma elevada competitividade perante a super-favorita campeã holandesa.
2. As Seleções Nacionais de escalões jovens demonstraram um elevado nível de competitividade honrosa embora a grande juventude em prestações internacionais tenha condicionado mais elevados resultados.
3. A FPC concretiza os seus esforços de convergência para as camadas mais jovens da competição internacional, tendo participado no U17 World Cup e U19 World Cup, confirmando-se como uma direção mobilizadora do interesse dos jovens pela modalidade.
4. Por decisão da Federação Internacional foram adiadas as provas: U21 World Cup e U15 World Cup. Portugal candidatou-se e avançou com uma candidatura para ser o país anfitrião do U15 World Cup, tardiamente declinado pela Hungria, contudo deparando-se com a indisponibilidade de mobilização de representações nacionais que gratificassem o esforço de realização que já contava com o apoio da CM de Odivelas. Apesar deste desenlace negativo, decidiu a Federação manter o mesmo nível de preparação do plantel sob comando da Cláudia Fonseca, gratificando assim o empenho e moticação sempre demonstrados pelo conjunto mais jovem das nossas esperanças internacionais e por outro contribuindo para o alargamento da base primeira dos atletas federados. 2018 concretizará a continuidade do U15 World Cup, que se realizará na Holanda no mês de agosto.
5. A participação da Seleção Nacional Sénior no Challenge 2018, justamente na última semana do ano, pelo fato de ser uma prova por convite, sempre cobigado pelo topo do Corfebol Internacional, constituiu não uma honra pelo destaque que nos é concedido mas antes de tudo a excelente oportunidade para o arranque dos trabalhos de preparação para o Euro 2018. Sendo aproveitado pela KNKV para serem testadas, com o elenco das Seleções, novas configurações regulamentares de competição teve a Seleção Nacional a oportunidade para competir contra a China, o Suriname, a República Checa e a Bélgica de grande intensidade e riqueza de treino, decisivo para a preparação para os desafios competitivos de 2019.



Vale dizer que, para a consecução dos objetivos internacionais num contexto das constrições financeiras que nos assistem, foi crucial o apoio da Câmara Municipal de Odivelas que colocou ao dispor das Seleções Nacionais, a título de cedência, os seus pavilhões nos horários e períodos solicitados. O apoio da CMO é não só fundamentado na simpatia e apoio do Presidente da Câmara Hugo Martins e seu vedreador de desporto Paulo César Teixeira, mas também de toda a equipa da Divisão de Desporto, chefiada por Carlos Lérias, que revela um grande apoio à nossa atividade. Não só temos contado com uma excelente disponibilidade de pavilhões, do Multiusos de Odivelas a todos os outros pavilhões do parque desportivo do Município, mas também da sua grande unidade de alojamento – a Quinta da Águas Férreas.

PROGRAMA NACIONAL - DESPORTO PARA TODOS

Em 2017 foi o ano de implementação do quadro competitivo nacional de Corfebol Adaptado.

Para tal foram realizadas as seguintes acções/tarefas:

- Reunião com as várias Instituições para apresentar a ideia destacando os benefícios do valor do desporto e da actividade física na pessoa com deficiência.
- Inscrições das Instituições e Técnicos no QC.
- Visitas de acompanhamento dos monitores.
- Realização de alguns momentos formativa (reciclagem de conhecimentos) e integração de novos participantes.
- Realização conjunta de algumas acções de integração e inclusão com algumas Instituições (caso da APPACDM Santarém – explicado mais à frente)
- Realização de vários momentos competitivos em cada uma das regiões
- Torneio Final com as equipas finalistas

Para além das acções resultantes da implementação do quadro competitivo de Corfebol Adaptado, realizámos várias outras acções que incluíram momentos formativos a técnicos e utentes, culminando em várias dinamizações de Corfebol Adaptado a várias especificidades de deficiência.

Deste modo no dia 23 de Setembro no Pavilhão do INATEL, inserindo na semana Beactive, a equipa Corfebol Adaptado em regime de situação experimental, esteve a trabalhar com a deficiência motora.

Inserido nas Seixalíadas e tendo em vista o nosso objectivo do alargamento do Desporto para Todos a Sul, no dia 28 de Setembro inserido nas Seixalíadas, a equipa deu formação e treinos a três equipas de Deficiência Intelectual, num total de 30 novos atletas que irão integrar a disciplina Corfebol Adaptado já no próximo ano:

- Associação Almadense Rumo ao Futuro – Almada
- APCAS – Associação de Paralisia Cerebral Almada Seixal - Almada
- Cercizimbra – Sesimbra

A apoiar esta iniciativa contamos também com o apoio do CCRAM, mais especificamente a secção de Corfebol e a Câmara Municipal do Seixal.

No dia 3 de Dezembro – Integrado no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência – a equipa esteve no Complexo Desportivo do Casal Vistoso, a dinamizar a actividade de Corfebol para uma vasta comunidade com vários tipos de deficiência, desde a deficiência intelectual à deficiência motora. Esta iniciativa foi apoiada pela CM Lisboa e participaram cerca de 300 utentes.

No dia 5 de Dezembro estivemos em Santarém a dinamizar actividades de Corfebol Adaptado numa parceria com a Câmara Municipal de Santarém, IPDJ, DGEST – Desporto Escolar, Coordenação Local LMT, Segurança Social e a Instituição APPACDM de Santarém.

Esta foi uma participação inclusiva teve como objectivo juntar alunos de 10-13 anos de idade do 5º e 6º ano com os 30 atletas de Corfebol Adaptado da APPACDM.

As Escolas que participaram na actividade foram:

- 100 Atletas do AE Ginestal Machado
- 50 AE Sá da Bandeira

A Direção





- 100 Atletas do AE Alexandre Herculano
- 50 Atletas do AE do Cartaxo.

O objectivo desta actividade também ela inserida na semana comemorativa da Pessoa com Deficiência foi o de promover e contribuir para implementar a inclusão, nas escolas, de pessoas com algum tipo de deficiência ou necessidade especial, visando recuperar o respeito humano e a dignidade, no sentido de possibilitar o pleno desenvolvimento e o acesso a todos os recursos da sociedade por parte desse segmento. O Corfebol é por si só um desporto que concentra uma série de valores cooperativos e de igualdade de género, sendo que a inclusão das pessoas com deficiência é a continuação da promoção desses e de outros valores, como o respeito, a aceitação a igualdade e a cidadania.

Garantias de sustentabilidade do projeto Desporto Adaptado

Consideramos que os objectivos que temos vindo a propor desde 2015 com a primeira candidatura, têm sido atingidos possuindo garantias de sustentabilidade, na medida em que o impulso inculcado pelo Corfebol nesta comunidade, tem vindo a imprimir grande dinâmica, não apenas na comunidade de Técnicos das Instituições, extremamente motivados na continuação dos trabalhos, mas também nos atletas que anseiam por planos de continuidade.

Continuidade essa que não só que gratifique o esforço de aprendizagem realizado até a data, mas também que responda à vontade e energia que se mantém nos atletas de prosseguir com a modalidade de Corfebol, que eles já conhecem tão bem.

Gostaríamos ainda de salientar que em 2017 com a implementação do quadro competitivo nas várias equipas de Corfebol Adaptado, notou-se uma grande melhoria nas capacidades manifestadas já por alguns dos atletas que têm ao longo destes três anos vindo a desenvolver todo um conjunto de habilidades que outorgam aos jogos e disputas de posse da bola um nível já bastante elevado.

Assim sendo e no sentido de dar seguimento ao trabalho iniciado com toda a população envolvida nos projectos anteriores, permitindo a igualdade de oportunidades, o livre acesso ao desporto, promovendo a interação e integração das pessoas com deficiência na comunidade, a FP Corfebol irá apresentar já no próximo ano a sua candidatura à quarta edição deste programa.

CONTRATO DE FORMAÇÃO DE RECURSOS/HUMANOS

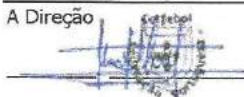
O Corfebol é uma modalidade coletiva obrigatoriamente mista que desempenha um papel fundamental na transmissão de valores sociais e de igualdade de género nas crianças, jovens e sociedade em geral, contribuindo grandemente para que a extensão de género seja incluída na formação desde os primeiros níveis de ensino contribuindo para suprimir os estereótipos em função do sexo, promovendo a educação para igualdade e contribuindo fortemente para uma alteração nos comportamentos.

As características do Corfebol fomentam laços sociais entre os praticantes, desenvolvendo práticas saudáveis e tem sido nessa óptica que a FPC tem vindo por um lado a estender a sua oferta formativa procurando parcerias na área da formação com o Desporto Escolar por forma a chegar a um maior número de Professores de Educação Física e escolas, e por outro lado com a introdução da disciplina - Corfebol Adaptado, adaptando as suas regras e regulamentos tem conseguido chegar a um número cada vez mais vasto de populações: Em 2015 graças ao PNDpT começámos a trabalhar a comunidade de Deficiência Intelectual na zona de Lisboa, formando técnicos e atletas de 12 Instituições. Em 2016 dando continuidade ao projecto, alargámos aos distritos de Leiria e Santarém, formando mais técnicos e atletas de mais 15 Instituições. Este ano já conseguimos erigir um quadro competitivo de Corfebol Adaptado disputado por 17 equipas que englobam os distritos de Lisboa, Leiria e Santarém.

O Departamento de Formação da FPC possui a acreditação na DGE e no IPDJ e realizou em 2017 as seguintes 16 ações de formação:

- Renovação TPTD
- Corfebol Adaptado Nível I (2)
- Iniciação de Árbitros Nível I
- Iniciação de Árbitros Nível II

A Direção





- Treinadores Grau I
- Clinic de Professores (5)
- Formação de Professores Acreditada
- Formação Dirigentes (2)
- Secretários Técnicos (2)

De uma forma mais detalhada se transcreve a execução (R=realizada;PR=parcialmente realizada;NR=não realizada):

Ex	Objetivos	Observações
R	Renovação TPTD e especialização em algumas matérias complementares.	Acção frequentada por todos os Treinadores de Corfebol que precisavam renovar o TPTD.
R	Aumentar o número de formadores da disciplina de Corfebol Adaptado.	Formámos mais 9 técnicos em Corfebol adaptado, contribuindo para o desenvolvimento desta nova disciplina.
R	Aumentar o número de árbitros.	Formámos 15 novos árbitros o que para a nossa modalidade é excelente.
R	Desenvolvimento das competências de carácter transdisciplinar e específicas da modalidade.	Esta acção teve 21 formandos, tendo excedido grandemente o número habitual para estas realizações. De salientar que 6 dos formandos não fazem parte da comunidade do Corfebol. 5 são Professores de escolas tem estado a fazer um intenso trabalho de divulgação e dinamização da modalidade.
R	Assegurar a qualidade da formação de professores	Acções solicitadas directamente pelos agrupamentos/escolas à FPC e que têm como objectivo relembrar conceitos para que os Professores EF possam rapidamente iniciar a prática da modalidade com os seus alunos.
R	Formação Nacional de Professores (DGE)	Todos os objectivos propostos para esta acção foram atingidos, tendo em vista o interesse manifestado pelos 29 Professores de EF participantes.
R	Saber preencher e funcionar com marcadores da disciplina de Corfebol Adaptado.	Nas 2 acções de ST tivemos 128 formandos o que para a nossa modalidade é um número excelente.
PR	Qualificar árbitros enquadrados no percurso formativo da arbitragem.	Como a acção foi realizada a um sábado, vários interessados que trabalham aos sábados não puderam frequentar a acção, tendo ficado remetida uma nova realização durante o próximo ano.
PR	Desenvolvimento e aperfeiçoamento de dirigentes e outros agentes desportivos em matérias específicas.	Dos 14 formandos inscritos, apenas estiveram presentes na acção 7. Os dirigentes ainda não estão conscientes da importância destas acções e tem havido fraca adesão. No próximo ano vamos insistir nesta área.
PR	Desenvolvimento e aperfeiçoamento de dirigentes e outros agentes desportivos em matérias específicas.	A acção contou com 12 participantes. 7 dos quais oriundos da formação anterior que compreenderam a relevância destas matérias para o desenvolvimento do clube. A FPC irá mobilizar todos os seus esforços no sentido de alterar esta realidade.
NR	Aumentar o numero de formadores da disciplina de Corfebol Adaptado.	Não obtivemos número suficiente de formandos, para a realização desta acção de formação.
NR	Actualização das competências e conhecimentos dos árbitros, no âmbito das alterações de regras e formatos da competição	Acção fortemente divulgada, no entanto não obtivemos número suficiente de formandos, para a realização desta acção de formação
NR	Aumentar o número de árbitros Internacionais.	O Conselho de Arbitragem da FPC, informou o departamento de formação que este ano não era relevante realizar esta acção.
NR	Desenvolvimento e aperfeiçoamento de dirigentes e outros agentes desportivos em matérias específicas.	Acção fortemente divulgada, no entanto não obtivemos número suficiente de formandos, para a realização desta acção de formação

A Direção



NR	Aumentar o número de formadores da disciplina de Corfebol Adaptado à saúde mental	Não houve oportunidade de abranger esta área.
----	---	---

ACTIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DO CP ÉTICA

De forma genérica as acções específicas que realizámos sobre as várias temáticas e valores éticos, tiveram uma elevada aceitação. Os conteúdos foram cumpridos integralmente. As sessões foram divididas em sessões teóricas e sessões práticas onde foram passados vários vídeos com exemplos de boas práticas e más práticas, gerando no final das intervenções uma salutar conversação entre formadores e formandos estes últimos partilhando experiências e vivências de situações que consideravam menos éticas e pedindo a opinião do formador.

Para além das várias sessões realizadas com adultos, fizemos algumas só para crianças, onde se mostravam várias situações e se perguntava às crianças quais as que consideravam correctas e as não correctas. Os valores éticos são uma constante da FP Corfebol que tem tido o cuidado de em todas as acções de formação e/ou sensibilização que realiza, abordar esta importante temática, alertando os seus agentes para uma postura e atitudes eticamente correctas.

Desta forma para além das acções específicas já referidas no quadro anterior, foram abordados temas éticos e de fair play nas seguintes acções/eventos:

- 15 Acções de formação, nomeadamente
 - Lisboa: Educação para Valores e Ética Desportivos, Os Perigos da Dopagem e Os Valores da Ética Desportiva
 - Norte: A Ética no Desporto e Desporto, Ética e Fair Play
 - Margem Sul: Lei Anti Dopagem no Desporto e Espírito Desportivo e Fair Play
 - Lisboa e Norte: Corfebol e Fair Play
- Todos os Torneios Juvenis e Juniores nos escalões:
- 6 Acções de sensibilização em conjunto com as acções de Formação de Corfebol Adaptado, realizado com técnicos e atletas de Deficiência Intelectual (cerca de 250) da região de Lisboa, Leiria e Santarém e Coimbra.

Os níveis gerais de satisfação das acções realizadas pelos participantes foram bastante elevados.

Os objectivos pedagógicos de sensibilização para os valores éticos, foram transmitidos de forma clara e adequada às idades das várias turmas. Na abordagem que fizemos aos formandos foram referidos os seguintes aspectos positivos:

- Criatividade na abordagem dos temas,
- Os conteúdos sobre a ética no desporto e o tema fair-play foram considerados aliciantes e de acordo com as expectativas.
- A interacção dos formandos com a equipa de formadores foi notável,
- O domínio dos temas, foi excelente, tendo sido salientada a boa disposição dos formadores e a forma extraordinária com que conduziram os conteúdos especialmente os referentes aos valores de fair play e no tocante às relações de amizade e companheirismo no desporto.

Após as acções de sensibilização foram distribuídos questionários aos formandos tendo a maior parte referido que gostaram bastante das temáticas abordadas e que saíram com uma percepção completamente diferente da que tinham inicialmente em alguns dos temas abordados. Fizeram questão de referir o excelente trabalho desempenhado pelo PNED/IPDJ na promoção dos valores éticos e de fair play junto das Instituições

Tal como no ano anterior foi referida a preferência pelas actividades práticas e passagem de vídeos onde estiveram a identificar boas e más acções seguindo-se uma parte de discussão e debates onde cada um expressava as suas opiniões sobre o consideravam certo e errado permitindo-lhes irem edificando a sua ideia de ética e o seu desportivismo.

Sobre os temas expostos indicaram que foram extremamente profícuos e que os fizeram pensar de forma distinta, sobre a forma como se deve fazer desporto. As questões do doping foram bastante apreciadas e suscitaram grandes debates.

OUTRAS ACTIVIDADES DE DINAMIZAÇÃO REALIZADAS:

- Futurália – 14 da 17 de Março – 4 dias (full time)

A Direção



- **VII Festa dos Finalistas do Programa de Apoio à Natação Curricular** – Piscinas da Ameixoeira, Restelo, Casal Vistoso, Orlas (1 semana todas as manhãs) - Maio
- **BeActive com a deficiência motora** - Pavilhão do Estádio 1º de Maio - Setembro
- **Encerramento do ano escolar** – Parque da Bela Vista – 9 de Junho
- **Olisipiadas** – Como modalidade de Experimentação/Demonstração durante as Fases Locais – 2 e 3 de Junho.

A Direção





Relatório Financeiro e Contas da Direção

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2017

1 - Introdução

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a Direção da Federação Portuguesa de Corfebol, com sede social em Avenida Norton de Matos 69 A, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2017.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Federação Portuguesa de Corfebol, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

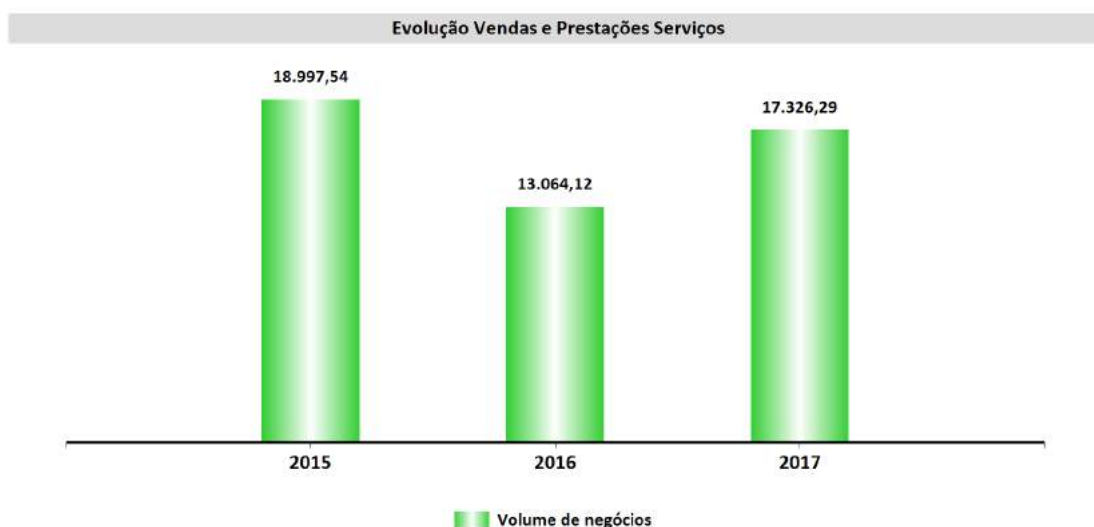
1.1 - Apresentação da Entidade

O Corfebol existe em Portugal desde 1982 e conta com cerca de 800 atletas federados. Conta agora com 42 clubes inscritos, havendo maior predominância de atletas na zona de Lisboa. Sendo o Corfebol Português reconhecido internacionalmente, as nossas seleções nacionais têm conseguidos excelentes resultados nas competições internacionais, em todos os escalões. Atualmente, os maiores clubes são Núcleo de Corfebol de Benfica, Clube Carnaxide Cultura e Desporto, Clube de Corfebol de Oeiras, Club Internacional de Foot-ball, Clube Recreativo e Cultural da Quinta dos Lombos, Korfball Lisbon Project, Grupo Desportivo dos Bons Dias e Clube Cultural e Recreativo do Alto do Moinho.

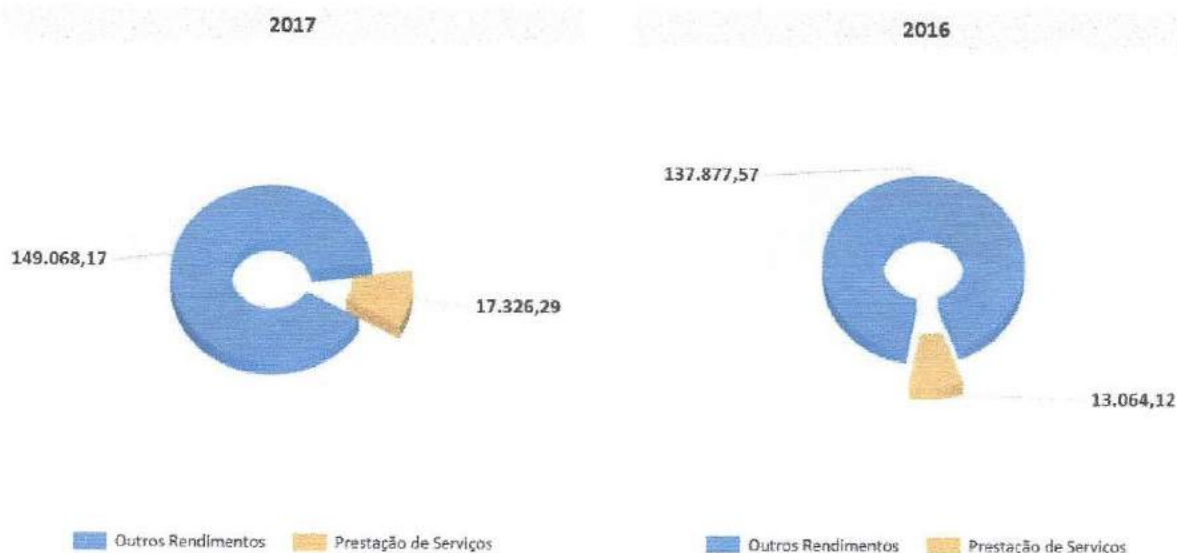
2 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2017 os resultados espelham um aumento da atividade desenvolvida pela Federação. O volume de negócios atingiu um valor de 17.326,29 euros, representando uma variação de 32,62% relativamente ao ano anterior, pelo facto da Federação em 2015 ao contrário do ano anterior no ter organizado eventos internacionais.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



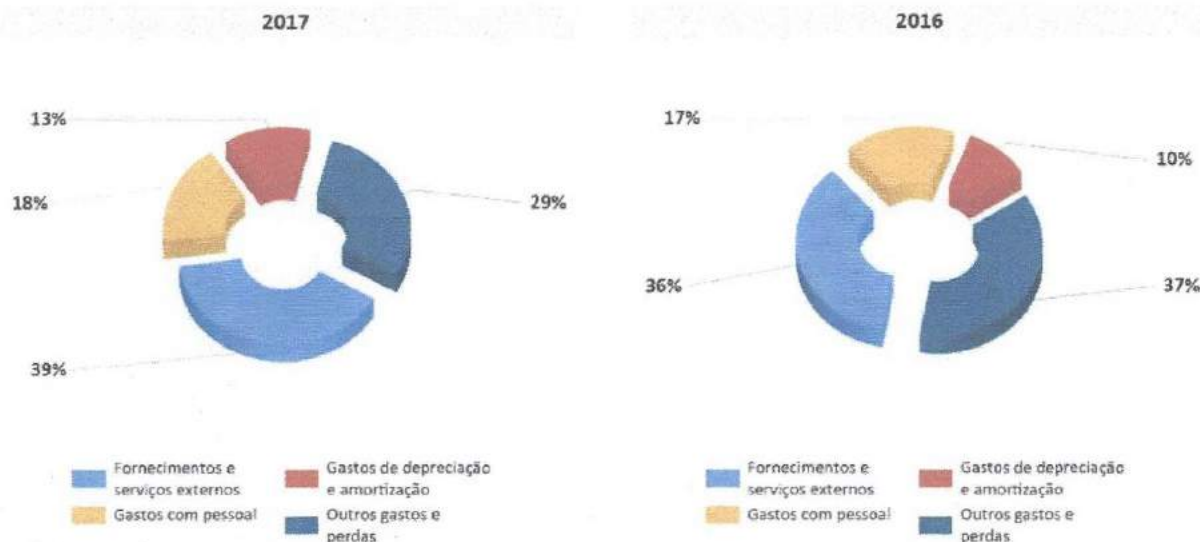
RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2017



Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



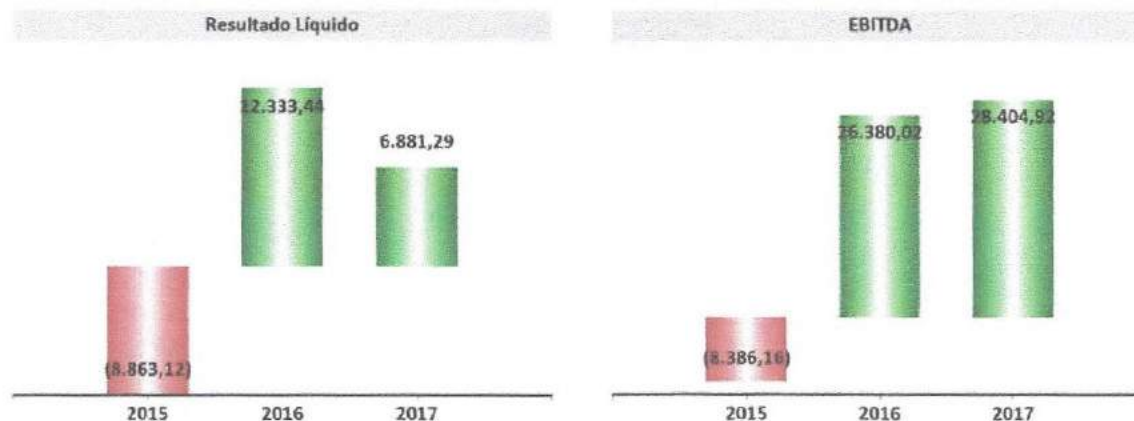
RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2017



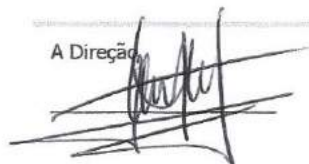
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2017	2016	2015
Gastos com Pessoal	29.241,55	23.432,96	22.797,05
Nº Médio de Pessoas	1,00	1,00	2,00
Gasto Médio por Pessoa	29.241,55	23.432,96	11.398,53

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.

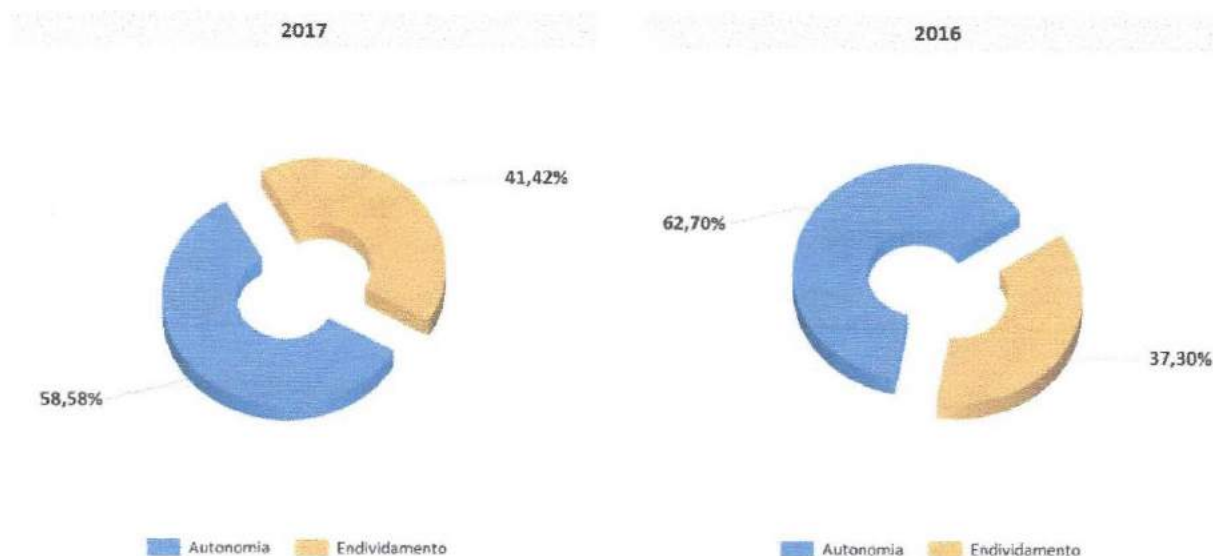


A Direção



RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2017

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Indicadores Financeiros:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2017	2016	2015
Autonomia	0,59	0,63	0,34
Solvabilidade	1,41	1,68	0,52
Liquidez Geral	0,58	0,38	0,59

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2017		2016	
Ativo não corrente	40.148,14	76 %	35.450,36	86 %
Ativo corrente	12.655,01	24 %	5.674,52	14 %
Total ativo	52.803,15		41.124,88	

RUBRICAS	2017		2016	
Capital Próprio	30.931,27	59 %	25.785,27	63 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	216,74	1 %
Passivo corrente	21.871,88	41 %	15.122,87	37 %
Total Capital Próprio e Passivo	52.803,15		41.124,88	

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2017

3 - Perspetivas Futuras para Próximo Exercício

A Federação espera em 2018, prosseguir com o trabalho desenvolvido em exercícios anteriores de forma a garantir a tendência ascendente desta modalidade desportiva e conseguir obter ainda melhores resultados.

4 - Considerações Finais

A Federação Portuguesa de Corfebol:

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2017.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pela Direção assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

5 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Federação Portuguesa de Corfebol no período económico findo em domingo, 31 de dezembro de 2017 realizou um resultado líquido de 6.881,29 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2017
Resultados Transitados	6.881,29

A Direção



RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2017

6 - Agradecimentos

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa atividade.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Federação Portuguesa de Corfebol.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Lisboa, 19 de março de 2018

A Direcção

A Direcção





Balanço

Balanço em 31-12-2017
(montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	40.148,14	35.450,36
		40.148,14	35.450,36
Ativo corrente			
Créditos a receber	8	825,57	2.064,25
Diferimentos	8	232,31	249,30
Caixa e depósitos bancários	11	11.597,13	3.360,97
		12.655,01	5.674,52
Total do ativo		52.803,15	41.124,88
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	8	2.377,89	
Resultados transitados	8	(3.550,62)	(13.506,17)
Excedentes de revalorização	8	6.300,00	6.300,00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	7;8	18.922,71	20.658,00
Resultado líquido do período		6.881,29	12.333,44
Total dos fundos patrimoniais		30.931,27	25.785,27
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			216,74
			216,74
Passivo corrente			
Fornecedores	8	4.633,52	5.694,97
Estado e outros entes públicos	10	1.263,63	971,72
Financiamentos obtidos	5;8	2.731,96	154,24
Diferimentos	8	6.870,00	
Outros passivos correntes	8;9	6.372,77	8.301,94
		21.871,88	15.122,67
Total do passivo		21.871,88	15.339,61
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		52.803,15	41.124,88

A Direção

Contabilista Certificado 73998



Demonstração dos Resultados por Naturezas



Demonstração de Resultados por Natureza do período
findo em 31-12-2017
(montantes em euros)

Federação Portuguesa de Corfebol

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	6	17.326,29	13.064,12
Subsídios, doações e legados à exploração	7	137.912,21	131.759,21
Fornecimentos e serviços externos	6	(62.339,40)	(49.211,35)
Gastos com o pessoal	9	(29.241,55)	(23.432,96)
Provisões (aumentos/reduções)			(216,74)
Outros rendimentos	6	11.155,96	6.118,36
Outros gastos	6	(46.186,75)	(51.700,62)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		28.626,76	26.380,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(21.083,97)	(14.022,70)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7.542,79	12.357,32
Juros e gastos similares suportados	5	(661,50)	(23,88)
Resultado antes de impostos		6.881,29	12.333,44
Resultado líquido do período		6.881,29	12.333,44

A Direção

Contabilista Certificado 73998

David Santos



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstração das Alterações de Fundos Próprios do período findo em 31-12-2017
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017 6					(13.506,17)	6.300,00	20.658,00	12.333,44	25.785,27		25.785,27
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							(1.735,29)		(1.735,29)		(1.735,29)
7							(1.735,29)		(1.735,29)		(1.735,29)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8								6.881,29	6.881,29		6.881,29
RESULTADO INTEGRAL 9-7+8											
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Outras Operações		2.377,89			9.955,55			(12.333,44)			
10		2.377,89			9.955,55			(12.333,44)			
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017 6-7+8+10		2.377,89			(3.550,62)	6.300,00	18.922,71	6.881,29	30.831,27		30.931,27

A Direção

Contabilista Certificado 73998

David S. Silva

Demonstração das Alterações de Fundos Próprios do período findo em 31-12-2017
(montantes em euros)

DESCRICÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1				(2.143,05)	6.300,00	12.000,00	(8.863,12)	7.293,83		7.293,83
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(1.407,57)	(8.742,00)	(8.742,00)	8.863,12	(1.286,45)		(1.286,45)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				(1.407,57)		(8.742,00)	8.863,12	(1.286,45)		(1.286,45)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							12.333,44	12.333,44		12.333,44
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos		(9.955,55)							(9.955,55)		(9.955,55)
Outras Operações							17.400,00		17.400,00		17.400,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	5				(3.550,62)	6.300,00	20.658,00	12.333,44	25.785,27		25.785,27
6=1+2+3+4+5		(9.955,55)									

A Direção

Contabilista Certificado 73998

Paul Santos



Demonstração dos Fluxos de Caixa

**Demonstração de Fluxos de Caixa do período
findo em 31-12-2017
(montantes em euros)**

Federação Portuguesa de Corfebol

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		17.326,29	30.664,12
Pagamentos a fornecedores		60.577,97	50.340,10
Pagamentos ao pessoal	9	28.949,64	23.181,44
Caixa gerada pelas operações		(72.201,32)	(42.857,42)
Outros recebimentos/pagamentos		102.627,39	51.300,84
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		30.426,07	8.443,42
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	25.781,75	27.433,85
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		1.675,62	17.400,00
Juros e rendimentos similares			1,31
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(24.106,13)	(10.032,54)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	5	25.858,19	8.872,59
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	5	23.280,47	8.957,18
Juros e gastos similares	5	661,50	23,88
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		1.916,22	(108,47)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		8.236,16	(1.697,59)
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	3.360,97	5.058,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	11.597,13	3.360,97

A Direção

Contabilista Certificado 73998

Dail Sampaio



Anexo às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade**1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: Federação Portuguesa de Corfebol, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Federação Desportiva, reconhecida como uma instituição de Utilidade Pública Desportiva, conforme despacho publicado no Diário da República, nº 41/94, na 2ª série, nº 209 de 9 de Setembro.

Número de identificação de pessoa coletiva: 502610298.

Lugar da sede social: Avenida Norton de Matos 69 A, Lisboa.

Endereço eletrónico: fpcorfebol@gmail.com

Página da internet: www.fpcorfebol.pt

Natureza da atividade:

A Federação Portuguesa de Corfebol, tem por objecto:

- a) Promover, incentivar, dirigir e regulamentar a prática do Corfebol no país;
- b) Estabelecer e manter relações com as colectividades suas filiadas;
- c) Estabelecer e manter relações com a Federação Internacional de Corfebol;
- d) Representar a modalidade dentro e fora do país;
- e) Representar perante a Administração Pública os interesses dos seus filiados;
- f) Organizar anualmente provas consideradas convenientes à expansão de desenvolvimento do Corfebol a nível nacional.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros, as notas não mencionadas não se aplicam à Federação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2017.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL - Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março;

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a domingo, 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em sábado, 31 de dezembro de 2016.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC- ESNL.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	4-8 anos
Equipamento transporte	3-6 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 11 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) "os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas":

Porém, de acordo com o n.º 2 do referido artigo, "só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas actividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a) Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados de exploração das actividades prosseguidas;
- b) Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior."

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 5 anos.

4.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início			33.803,85	17.400,00	4.754,57					55.958,42
Depreciações acumuladas			10.434,58	5.742,00	4.331,48					20.508,06
Saldo no início do período			23.369,27	11.658,00	423,09					35.450,36
Variações do período			9.798,68	(5.742,00)	641,10					4.697,78
Total de aumentos			24.332,86		1.448,89					25.781,75
Aquisições em primeira mão			24.332,86		1.448,89					25.781,75
Total diminuições			14.534,18	5.742,00	807,79					21.083,97
Depreciações do período			14.534,18	5.742,00	807,79					21.083,97
Saldo ao fim do período			33.167,95	5.916,00	1.064,19					40.148,14
Valor bruto no fim do período			58.136,71	17.400,00	6.203,46					81.740,17
Depreciações acumuladas no fim do período			24.968,76	11.484,00	5.139,27					41.592,03

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início			11.770,00		4.754,57					19.524,57
Depreciações acumuladas			2.365,42		4.119,94					6.485,36
Saldo no início do período			12.404,58		634,63					13.039,21
Variações do período			10.961,69	11.658,00	(211,54)					22.411,15
Total de aumentos			19.033,85	17.400,00						36.433,85
Aquisições em primeira mão			19.033,85							19.033,85
Outras aquisições				17.400,00						17.400,00
Total diminuições			8.069,16	5.742,00	211,54					14.022,70
Depreciações do período			8.069,16	5.742,00	211,54					14.022,70
Saldo ao fim do período			23.369,27	11.658,00	423,09					35.450,36
Valor bruto no fim do período			33.803,85	17.400,00	4.754,57					55.958,42
Depreciações acumuladas no fim do período			10.434,58	5.742,00	4.331,48					20.508,06

5 - Custos de empréstimos obtidos

5.1. Custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período, de acordo com a respetiva natureza de ativos que se qualificam:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período. No ano de 2017 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 661,50 euros.

5.2. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispendios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitaliza dos	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		2.731,96		661,50	661,50				
Instituições de crédito e sociedades financeiras		2.731,96		661,50	661,50				
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		2.731,96		661,50	661,50				

5.3. Outras divulgações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	661,50	23,88
Juros de financiamentos suportados	661,50	23,88
Juros de contratos de cartões de crédito	661,50	
Outros juros de financiamentos obtidos		23,88

A Direção



Contabilista Certificado 73998



6 - Rendimentos e gastos

- 6.1. **Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços**

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

- 6.2. **Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	17.326,29	13.064,12
Outros réditos	149.068,17	137.877,57
Total	166.394,46	150.941,69

A rubrica de outros réditos divide-se da seguinte forma:

Subsídios, doações e legados à exploração - 137.912,21 euros

Outros rendimentos - 11.155,96 euros

- 6.3. **Outros Rendimentos**

A rubrica de outros rendimentos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2017	2016	2015
Outros Rendimentos	11.155,96	6.118,36	10.640,84
Rendimentos e Ganhos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos			750,00
Correções Relativas a Exercícios Anteriores			9.851,61
Imputação de Subsídios para Investimentos	8.410,91	5.742,00	
Outros	2.745,05	375,05	39,23
Rendimentos de Outros Juros		1,31	

6.4. Outros Gastos

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2017	2016	2015
Outros Gastos	46.186,75	51.700,62	52.341,25
Impostos	456,01	21,15	6,00
Correções de Exercícios Anteriores			
Donativos	100,00		1.000,00
Quotizações	4.105,00	5.185,00	3.585,00
Outros	41.326,89	46.494,06	47.750,24

Os valores mais significativos representados na rubrica "outros" são os seguintes:

Seguro desportivo - 4.615,50 euros

Troféus/Indumentária - 3.674,64 euros

Organização de campeonatos - 31.176,00 euros

Promoção da modalidade - 1.551,66 euros

6.5. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	33.958,35	26.632,61
Trabalhos especializados	5.086,92	3.911,88
Vigilância e segurança	520,07	507,64
Honorários	27.095,15	20.763,26
Conservação e reparação	895,96	768,02
Outros	360,25	681,81
Materiais	3.191,01	3.175,21
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	828,44	1.374,74
Livros e documentação técnica	23,40	
Material de escritório	2.039,71	1.748,49
Outros	299,46	51,98
Energia e fluidos	3.232,85	1.126,95
Electricidade	644,57	574,64
Combustíveis	2.129,17	106,97
Água	459,11	445,34
Deslocações, estadas e transportes	11.849,58	9.291,07
Deslocações e estadas	7.765,14	5.875,18
Outros	4.084,44	3.415,89
Serviços diversos	10.107,61	8.985,51
Rendas e alugueres	6.554,79	5.711,62
Comunicação	2.661,24	2.885,38
Seguros	247,82	44,43
Contencioso e notariado	102,00	
Limpeza, higiene e conforto	541,76	344,08
Total	62.339,40	49.211,35

A Direção

Contabilista Certificado 73998

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios do Governo relacionados com resultados são registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent.- Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	17.400,00	10.675,62	8.410,91						
Para ativos fixos tangíveis	17.400,00	10.675,62	8.410,91						
Equipamento básico		10.675,62	2.668,91						
Equipamento de transporte	17.400,00		5.742,00						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	88.500,00	128.649,38	128.649,38						
Valor dos reembolsos efetuados no período	105.900,00	139.325,00	137.060,29						
De subsídios ao investimento	17.400,00	10.675,62	8.410,91						
De subsídios à exploração	88.500,00	128.649,38	128.649,38						
Total									

Os subsídios foram atribuídos à Federação da seguinte forma:

Instituto Português do Desporto e Juventude:

Desenvolvimento da prática desportiva - 77.325,00 euros

C.P. Formação RH - 7.000,00 euros

Corfebol para todos - 20.000,00 euros

Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica - 35.000,00 euros

No exercício de 2017 foram adquiridos vários equipamentos básicos, nomeadamente postes e cestos no montante de 10.675,62 euros, dos quais 5.733,48 euros participados pelo subsídio do desporto para todos, e 4.942,14 euros participados pela Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica.

Estes equipamentos encontram-se a ser depreciados em 4 anos, sendo o subsídio reconhecido em resultados na mesma proporção.

O registo deste subsídio encontra-se consagrado na NCRF - ESNL14.

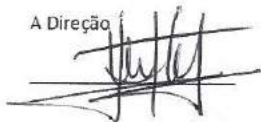
7.2. Donativos

Os donativos atribuídos à Federação ascenderam a 9.262,83 euros, distribuídos da seguinte forma:

AFF Sports - 8.598,47 euros

Outros - 664,36 euros

A Direção



Contabilista Certificado 73998



8 - Instrumentos financeiros

8.1. Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstrações dos resultados.

8.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

A variação ocorrida, nos anos de 2016 e 2017, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital			2.377,89	2.377,89
Resultados transitados	(13.506,17)		9.955,55	(3.550,62)
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	6.300,00			6.300,00
Outros excedentes	6.300,00			6.300,00
Outras variações nos capitais próprios	20.658,00	8.410,91	6.675,62	18.922,71
Subsídios	20.658,00	8.410,91	1.675,62	13.922,71
Outras variações			5.000,00	5.000,00
Total	13.451,83	8.410,91	19.009,06	24.049,98

8.3. Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento inicial
Ativos financeiros:			825,57		
Outras contas a receber			825,57		
Passivos financeiros:			11.006,29		
Fornecedores			4.633,52		
Financiamentos obtidos			2.731,96		
Outras contas a pagar			6.372,77		
Ganhos e perdas líquidos:			(420,69)		
De ativos financeiros			(198,85)		
De passivos financeiros			(221,84)		
Rendimentos e gastos de juros:			(439,66)		
De passivos financeiros			(439,66)		

8.4. Gastos a Reconhecer

Os diferimentos de gastos a reconhecer apresentam o valor de 232,31 euros.

As principais quantias de gastos a reconhecer:

Nome	Valor
Outros gastos	232,31

A Direção



Contabilista Certificado 73998



8.5. Rendimentos a Reconhecer

Os diferimentos de rendimentos a reconhecer apresentam o valor de 6.870,00 euros.

As principais quantias de rendimentos a reconhecer:

Nome	Valor
IKF Europa	6.870,00

9 - Benefícios dos empregados

9.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Em 31 dezembro de 2016 a federação tinha 2 colaborador.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	29.241,55	23.432,96
Remunerações do pessoal	24.202,96	19.469,87
Encargos sobre as remunerações	4.943,54	3.963,09
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	95,05	

Não existem dívidas para com o colaborador.

10 - Impostos e contribuições

10.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica do Estado e Outros Entes Públicos está conforme quadro em anexo.

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos		628,14		504,59
Contribuições para a Segurança Social		635,49		467,13
Total		1.263,63		971,72

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da associação dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Federação entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Federação encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

11 - Fluxos de caixa**11.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:**

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	3.360,97	174.782,81	166.546,65	11.597,13
Outros depósitos bancários				
Total	3.360,97	174.782,81	166.546,65	11.597,13

11.2. Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

12 - Outras divulgações**12.1. Acontecimentos após a data de balanço**

Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da direção

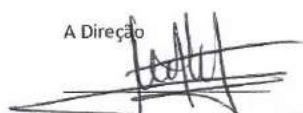
b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Os associados detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

A Direção



Contabilista Certificado 73998





Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

No cumprimento do estipulado no artigo numero 20 dos estatutos e respectivos regulamentos, vem o Fiscal Único submeter o seu Parecer sobre os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2017.

Acompanhámos com regularidade a actividade da **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, tendo recebido todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

No cumprimento da nossa acção fiscalizadora, de acordo com a Lei de bases para o desporto, examinámos as contas da **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017, as Demonstrações de Resultados por natureza, Demonstração dos fluxos de caixa e respectivos anexos documentos estes que foram preparados a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte mantidos em conformidade com os preceitos legais.

As contas foram examinadas pelo Revisor Oficial de Contas, que nos termos estatutários, integra o Conselho Fiscal, tendo emitido a respectiva Certificação Legal de Contas, que mereceu o nosso acordo e que deve ser considerado como parte integrante deste Relatório.

Tomámos conhecimento do Relatório da Direcção, que espelha as actividades desenvolvidas pela **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, e da proposta de aplicação de resultados nela contida, a qual respeita as disposições previstas na Lei.



Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Neste termos, somos de parecer que se aprovelem os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2017.

Lisboa, 20 de março de 2018

O FISCAL ÚNICO

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 181)
representada por:

Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC nº 929)



Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Federação Portuguesa de Corfebol, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 52.803 euros e um total de fundos patrimoniais de 30.931 euros, incluindo um resultado líquido de 6.881 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da direção pelas demonstrações financeiras

A direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 20 de março de 2018

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 181)
representada por:

Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC nº 929)

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
91	Gastos não enquadradas nas atividades regulares	21.891,98	0,00	21.891,98	0,00
910	Ativos Fixos Tangíveis	337,55	0,00	337,55	0,00
91026423	Equipamento Básico	337,55	0,00	337,55	0,00
911264	Gastos de depreciação e de amortização	21.086,97	0,00	21.086,97	0,00
9112642	Ativos Fixos tangíveis	21.086,97	0,00	21.086,97	0,00
91126423	Equipamento Básico	14.537,18	0,00	14.537,18	0,00
91126424	Equipamento de transporte	5.742,00	0,00	5.742,00	0,00
91126425	Equipamento Administrativo	807,79	0,00	807,79	0,00
9112688	Outros Gastos	467,46	0,00	467,46	0,00
91126889	Outros	467,46	0,00	467,46	0,00
92	Atividades Regulares	126.733,51	4.013,05	122.720,46	0,00
921	Organização e Gestão da Federação	32.519,37	111,72	32.407,65	0,00
9211	Recursos humanos	19.047,83	0,00	19.047,83	0,00
921163	Gastos com o pessoal	19.047,83	0,00	19.047,83	0,00
9211632	Remunerações do pessoal	16.400,96	0,00	16.400,96	0,00
921163201	Vencimentos	13.385,30	0,00	13.385,30	0,00
921163202	Subsídio de alimentação	2.035,86	0,00	2.035,86	0,00
921163203	Sub. de Férias e de Natal	979,80	0,00	979,80	0,00
9211635	Encargos sobre remunerações	2.551,82	0,00	2.551,82	0,00
9211636	Seguros de acidentes de trabalho	95,05	0,00	95,05	0,00
9212	Recursos materiais tecnológicos e forn.serv.ext	13.471,54	111,72	13.359,82	0,00
921262	Fornecimentos e Serviços Externos	11.314,57	111,72	11.202,85	0,00
9212622	Serviços especializados	3.631,82	0,00	3.631,82	0,00
92126221	Trabalhos especializados	3.323,87	0,00	3.323,87	0,00
92126226	Conservação e reparação	14,64	0,00	14,64	0,00
92126227	Serviços bancários	293,31	0,00	293,31	0,00
9212623	Materiais	652,37	0,00	652,37	0,00
92126231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	132,41	0,00	132,41	0,00
92126232	Livros e documentação técnica	23,40	0,00	23,40	0,00
92126233	Material de escritório	381,06	0,00	381,06	0,00
92126238	Outros	115,50	0,00	115,50	0,00
9212624	Energia e fluidos	1.316,36	0,00	1.316,36	0,00
92126241	Electricidade	644,87	0,00	644,87	0,00
92126242	Combustíveis	212,38	0,00	212,38	0,00
92126243	Água	459,11	0,00	459,11	0,00
9212626	Serviços diversos	5.714,02	111,72	5.602,30	0,00
92126261	Rendas e alugueres	3.446,00	0,00	3.446,00	0,00
92126262	Comunicações	1.189,83	89,13	1.100,70	0,00
92126263	Seguros	251,93	22,59	229,34	0,00
92126267	Limpeza, higiene e conforto	465,54	0,00	465,54	0,00
92126268	Outros serviços	360,72	0,00	360,72	0,00
921267	Provisões do período	408,00	0,00	408,00	0,00
9212673	Processos judiciais em curso	408,00	0,00	408,00	0,00
921268	Outros gastos e perdas	1.087,47	0,00	1.087,47	0,00
9212681	Impostos	400,53	0,00	400,53	0,00
92126812	Impostos indirectos	400,53	0,00	400,53	0,00
921268123	Imposto de selo	45,16	0,00	45,16	0,00
921268124	IUC	355,37	0,00	355,37	0,00
9212688	Outros	686,94	0,00	686,94	0,00
92126882	Donativos	100,00	0,00	100,00	0,00
92126883	Quotizações	430,00	0,00	430,00	0,00
92126886	Outros	156,94	0,00	156,94	0,00
921269	Gastos e perdas de financiamento	661,50	0,00	661,50	0,00
9212691	Juros suportados	661,50	0,00	661,50	0,00
92126911	Juros de financiamento obtidos	439,66	0,00	439,66	0,00
92126918	Outros juros	221,84	0,00	221,84	0,00
922	Desenvolvimento da Prática Desportiva	38.046,40	112,23	37.934,17	0,00
9221	Organização de quadros competitivos nacionais	2.295,84	112,23	2.183,61	0,00
92210	Super taça Mário Godinho	34,50	0,00	34,50	0,00
92212	CNU - Campeonato nacional universitário	328,84	112,23	216,61	0,00
92218	Troféus	1.932,50	0,00	1.932,50	0,00
9222	Organização de quadros competitivos regionais	18.519,16	0,00	18.519,16	0,00
92220	Quadro competitivo nacional	898,64	0,00	898,64	0,00

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
92221	Árbitros	7.265,10	0,00	7.265,10	0,00
92222	serviços especializados	1.255,10	0,00	1.255,10	0,00
92223	seguro desportivo	741,75	0,00	741,75	0,00
92224	Despesa de Deslocação/Refeições	3.227,06	0,00	3.227,06	0,00
92225	Armazem	2.835,07	0,00	2.835,07	0,00
92228	Outras	2.296,44	0,00	2.296,44	0,00
9224	Recursos Humano - DAD	7.111,32	0,00	7.111,32	0,00
92240	José Santos	4.296,32	0,00	4.296,32	0,00
92241	Isabel Teixeira	1.815,00	0,00	1.815,00	0,00
92243	Miguel Concelção	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
9227	Projeto inovador do DPD juvenil	2.958,72	0,00	2.958,72	0,00
92271	Cidade mista	2.958,72	0,00	2.958,72	0,00
9227101	Refeições	512,83	0,00	512,83	0,00
9227102	Consumíveis	138,38	0,00	138,38	0,00
9227103	Portagens	146,70	0,00	146,70	0,00
9227105	Deslocações/transporte	2.089,90	0,00	2.089,90	0,00
9227107	Materiais de promoção	1,15	0,00	1,15	0,00
9227109	Outras despesas	64,06	0,00	64,06	0,00
9227110	Estacionamentos	5,70	0,00	5,70	0,00
9228	Programa da Ética	5.397,11	0,00	5.397,11	0,00
92281	Ações de sensibilização	2.612,39	0,00	2.612,39	0,00
9228101	Deslocações	464,43	0,00	464,43	0,00
9228104	Formadores	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00
9228106	Outras despesas	147,96	0,00	147,96	0,00
92282	Projectos da ética	2.784,72	0,00	2.784,72	0,00
9228201	Projetos Inovadores - Materiais de Mkt	2.784,72	0,00	2.784,72	0,00
9229	Outras despesas e aquisições de apoio ao proje	1.764,25	0,00	1.764,25	0,00
92291	Seguros Desportivos	1.764,25	0,00	1.764,25	0,00
924	Alto rendimento e seleções nacionais	35.550,67	3.789,10	31.761,57	0,00
92401	Atividades de preparação das seleções nacionai	12.423,28	1.239,10	11.184,18	0,00
924011	Estágios	12.423,28	1.239,10	11.184,18	0,00
92401101	Equipamentos/vestuário	535,33	1.239,10	0,00	703,77
92401104	Estágio da seleção nacional sub 19	282,50	0,00	282,50	0,00
924011042	Refeições	12,12	0,00	12,12	0,00
924011043	Deslocações	30,53	0,00	30,53	0,00
924011046	Outras despesas	239,85	0,00	239,85	0,00
92401107	Estágio da seleção nacional sub 17	107,22	0,00	107,22	0,00
924011072	Refeições	25,50	0,00	25,50	0,00
924011073	Deslocações	81,72	0,00	81,72	0,00
92401108	Estágio Seleção Nacional Sénior	6.903,23	0,00	6.903,23	0,00
924011081	Alojamento	1.458,43	0,00	1.458,43	0,00
924011083	Deslocações	5.343,32	0,00	5.343,32	0,00
924011085	Comunicação	5,99	0,00	5,99	0,00
924011086	Outras despesas	95,49	0,00	95,49	0,00
92401109	Fisioterapeuta das seleções	112,00	0,00	112,00	0,00
92401113	Quotas e fees	4.483,00	0,00	4.483,00	0,00
92402	Competições das seleções nacionais	15.888,39	370,00	15.518,39	0,00
924021	Competições das seleções nacionais	15.888,39	370,00	15.518,39	0,00
92402101	Seleção nacional sénior	6.549,03	0,00	6.549,03	0,00
9240210101	Alojamento	1.666,40	0,00	1.666,40	0,00
9240210102	Refeições	367,72	0,00	367,72	0,00
9240210103	Deslocações	3.531,44	0,00	3.531,44	0,00
9240210106	Outras Despesas	983,47	0,00	983,47	0,00
92402102	Seleção nacional sub 19	5.789,49	370,00	5.419,49	0,00
9240210201	Alojamento	311,04	0,00	311,04	0,00
9240210202	Refeições	491,21	0,00	491,21	0,00
9240210203	Deslocações	4.803,28	0,00	4.803,28	0,00
9240210206	Outras despesas	183,96	370,00	0,00	186,04
92402105	Selação nacional sub 17	3.549,87	0,00	3.549,87	0,00
9240210503	Deslocações	3.549,87	0,00	3.549,87	0,00
92405	Recursos Técnicos SNAR	7.239,00	2.180,00	5.059,00	0,00
924051	Selecionador Sénior	5.365,00	2.180,00	3.185,00	0,00
924052	Selecionador Sub 17	500,00	0,00	500,00	0,00

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
924053	Selecionador Sub 19	554,00	0,00	554,00	0,00
924054	Fisioterapia	320,00	0,00	320,00	0,00
924055	Selecionador sub 15	500,00	0,00	500,00	0,00
928	Programa de desporto para todos	20.617,07	0,00	20.617,07	0,00
9282	Fornecimentos e Serviços Externos	615,00	0,00	615,00	0,00
928201	Trabalhos Especializados	615,00	0,00	615,00	0,00
9283	Momento formativos	2.072,41	0,00	2.072,41	0,00
928301	Serviços de comunicação e imagem	500,00	0,00	500,00	0,00
928303	Formadores	1.493,44	0,00	1.493,44	0,00
928304	Custo com a formação formandos	78,97	0,00	78,97	0,00
9284	Equipamentos	5.339,29	0,00	5.339,29	0,00
928401	Apetrechamento desportivo (postes e bolas)	5.339,29	0,00	5.339,29	0,00
9285	Encontros desportivos	12.314,56	0,00	12.314,56	0,00
928501	Responsável técnico do torneio (nomeado pela	800,00	0,00	800,00	0,00
928502	Materiais de apoio ao torneio (aquisição/alugue	6.845,63	0,00	6.845,63	0,00
928505	Monitores	335,00	0,00	335,00	0,00
928506	Árbitros	95,00	0,00	95,00	0,00
928510	Alimentação	1.133,35	0,00	1.133,35	0,00
928511	Deslocações	997,58	0,00	997,58	0,00
928512	Seguros	2.108,00	0,00	2.108,00	0,00
9288	Custos elegíveis indirectos	275,81	0,00	275,81	0,00
928801	Encargos gerais e despesas administrativas	275,81	0,00	275,81	0,00
93	CP Formação RH	7.349,96	0,00	7.349,96	0,00
931	Clinics de formação	1.293,31	0,00	1.293,31	0,00
93101	Formadores	1.293,31	0,00	1.293,31	0,00
9310101	Remuneração de formadores	940,00	0,00	940,00	0,00
9310103	Transportes	63,73	0,00	63,73	0,00
9310105	Refeições	53,50	0,00	53,50	0,00
9310106	Despesas	236,08	0,00	236,08	0,00
932	Formação de secretários técnicos	806,77	0,00	806,77	0,00
93202	Ações de sensibilização	806,77	0,00	806,77	0,00
9320204	Formadores	688,00	0,00	688,00	0,00
9320206	Outras despesas	118,77	0,00	118,77	0,00
933	Formação para dirigentes	285,55	0,00	285,55	0,00
93301	Ações de sensibilização	285,55	0,00	285,55	0,00
9330104	Formadores	160,00	0,00	160,00	0,00
9330105	Refeições	98,31	0,00	98,31	0,00
9330106	Outras despesas	27,24	0,00	27,24	0,00
934	Revalidação TPTD	631,63	0,00	631,63	0,00
93403	Transportes	40,52	0,00	40,52	0,00
93404	Formadores	400,00	0,00	400,00	0,00
93405	Refeições	29,40	0,00	29,40	0,00
93406	Outras despesas	161,71	0,00	161,71	0,00
935	Formação de treinadores grau I	2.779,84	0,00	2.779,84	0,00
9350101	Deslocações	119,74	0,00	119,74	0,00
9350104	Refeições	580,75	0,00	580,75	0,00
9350105	Formadores	1.345,00	0,00	1.345,00	0,00
9350106	Outras despesas	734,35	0,00	734,35	0,00
937	Formação Acreditada de Professores (25H)	1.320,18	0,00	1.320,18	0,00
93701	Ações de sensibilização	1.320,18	0,00	1.320,18	0,00
9370101	Deslocações	306,57	0,00	306,57	0,00
9370104	Formadores	400,00	0,00	400,00	0,00
9370105	Refeições	164,45	0,00	164,45	0,00
9370106	Outras despesas	449,16	0,00	449,16	0,00
938	Formação de formadores de Corfebol	20,00	0,00	20,00	0,00
93801	Ações de sensibilização	20,00	0,00	20,00	0,00
9380106	Outras despesas	20,00	0,00	20,00	0,00
939	Curso de arbitros	212,68	0,00	212,68	0,00
93901	Ações de sensibilização	212,68	0,00	212,68	0,00
9390104	Formadores	167,98	0,00	167,98	0,00
9390105	Refeições	44,70	0,00	44,70	0,00
95	JFSDB - Compromisso nº4264	38.046,68	3.020,36	35.026,32	0,00
9501	Academias de Corfebol	6.937,61	3.020,36	3.917,25	0,00

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
9502	Ações de dinamização	2.390,83	0,00	2.390,83	0,00
9503	Ações desporto para todos	31,00	0,00	31,00	0,00
9505	Cordenador do programa	15.759,84	0,00	15.759,84	0,00
9506	Portagens	31,30	0,00	31,30	0,00
9507	Refeições	513,70	0,00	513,70	0,00
9509	Deslocações, portagens e estacionamento	732,86	0,00	732,86	0,00
9510	Equipamentos/vestuário	934,80	0,00	934,80	0,00
9511	Outras despesas	7.574,75	0,00	7.574,75	0,00
9512	Formação	640,00	0,00	640,00	0,00
9513	Apoio a clube	2.499,99	0,00	2.499,99	0,00
97	Rendimentos	0,00	168.659,17	0,00	168.659,17
972	Prestações de serviços (Proveitos associativos)	0,00	23.895,22	0,00	23.895,22
97211	Inscrições	0,00	16.721,29	0,00	16.721,29
972111	Praticantes	0,00	2.465,00	0,00	2.465,00
972112	Seleções nacionais/clubes	0,00	13.356,29	0,00	13.356,29
972113	Compensação atletas competições internacionais	0,00	900,00	0,00	900,00
97212	Rendimentos de patrocinadores e colaboradores	0,00	5,00	0,00	5,00
9726	Eventos Internacionais	0,00	7.168,93	0,00	7.168,93
97261	Congressos	0,00	420,00	0,00	420,00
97262	Donativos	0,00	6.643,93	0,00	6.643,93
97263	Coimas e multas	0,00	105,00	0,00	105,00
975	Subsídios à exploração	0,00	106.943,90	0,00	106.943,90
9751	Subsídios do estado e outros entes públicos (IFI)	0,00	104.325,00	0,00	104.325,00
97511	Desenvolvimento da prática desportiva	0,00	77.325,00	0,00	77.325,00
97512	C.P. Formação RH	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
97515	Corfebol para todos	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
9751501	IPDJ	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
9753	Donativos	0,00	2.618,90	0,00	2.618,90
976	C.P. JFSDB	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
978	Outros rendimentos e ganhos	0,00	2.820,05	0,00	2.820,05
9785	Formação	0,00	105,00	0,00	105,00
97851	Formação Grau I	0,00	105,00	0,00	105,00
9788	Outros	0,00	2.715,05	0,00	2.715,05
97888	Outros não especificados	0,00	2.715,05	0,00	2.715,05

